

# Acordo vai proteger mogno

■ Madeireiras cedem a pressão externa e aceitam sustar extração em áreas indígenas

GUILHERME FIUZA

A exploração predatória de mogno na Amazônia, que poderá causar a extinção da espécie na região em 30 anos, segundo dados da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias), está diante de um obstáculo inesperado. A repercussão negativa, no exterior, de notícias recentes sobre extração ilegal da madeira nobre em áreas indígenas determinou uma mudança de atitude inédita entre as indústrias madeireiras.

Consciente de que 90% do mogno brasileiro destina-se à exportação, a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará (Aimex) assinou uma Declaração de Compromisso sustentando qualquer corte ou compra de madeira retirada de terras indígenas — onde a exploração está hoje concentrada.

O alarme internacional foi dado pela organização ambientalista Greenpeace Brasil. No final do ano passado, a entidade documentou flagrantes de retirada de mogno em áreas indígenas (o que a Constituição proíbe) e realizou uma de suas ações espetaculares, confrontando-se com uma das serrarias que supostamente explora mogno em área caiapo.

As cenas ganharam as TVs e jornais da Inglaterra — que consome 50% do mogno brasileiro —, enquanto grupos como Amigos da Terra, Earth First e a própria Greenpeace pressionavam os importadores ingleses, em reuniões que incluíram a participação do brasileiro Sidney Possuelo, presidente da Funai.

A campanha culminou com a assinatura da Declaração de Compromisso entre a Aimex e os importadores de madeira (Timber

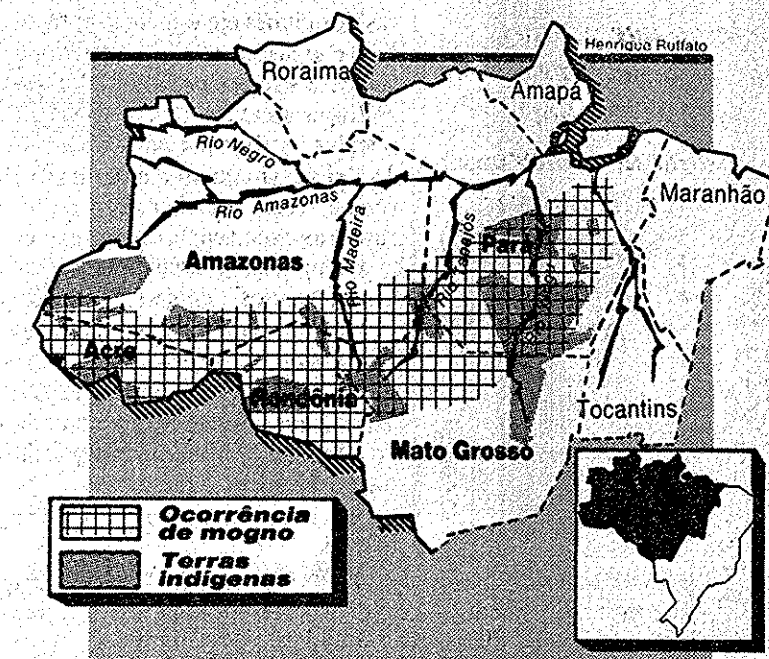
Trading Federation), documento que será enviado esta semana aos ministérios do Meio Ambiente e das Relações Exteriores e à Funai. "É um fato histórico. Os madeireiros nunca admitiram publicamente que retiram madeira de áreas indígenas", afirmou José Augusto Pádua, coordenador da área de florestas da Greenpeace.

A Aimex confirmou a assinatura do documento, mas afirmou que a retirada de mogno em área indígena é feita por atravessadores e pequenas empresas, e não por indústrias da associação. "Os infratores nos vendem toras como sendo provenientes de áreas de manejo", argumentou o engenheiro florestal Guilherme Carvalho, assessor técnico da Aimex.

**Clandestinos** — A Greenpeace entende que os "atravessadores" são braços clandestinos das próprias indústrias da Aimex, que calculam em apenas vinte. Seja como for, a Declaração de Compromisso menciona, além da extração, a compra da madeira proveniente de terras indígenas.

O governo federal já recebeu da Greenpeace um dossiê sobre as ameaças ao mogno e um manifesto assinado por 72 entidades. Entre as exigências do manifesto está a definição de áreas onde o corte de madeira será permitido. De acordo com estudos da Embrapa, 5% da floresta amazônica seriam suficientes para suprir o mercado da madeira, mediante métodos de manejo.

As 72 entidades que assinaram o manifesto decidiram formar a Coalizão Contra o Corte Predatório de Madeira na Amazônia, entidade que pretende realizar uma fiscalização não governamental da Declaração de Compromisso da indústria madeireira.



## Devastação em cadeia

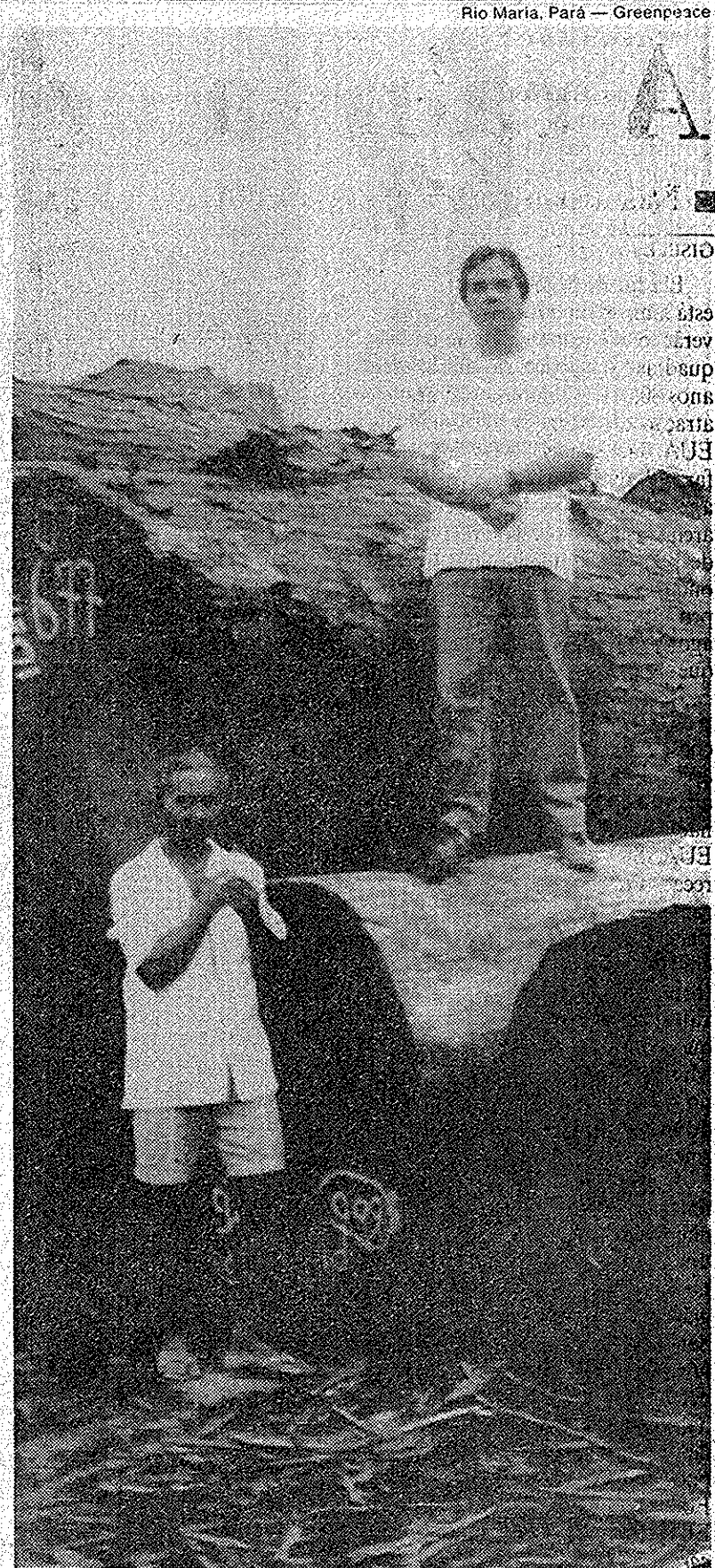
Além do ritmo de derrubada, que já é uma ameaça à espécie no Brasil, a exploração do mogno tem sérios impactos sobre o resto da floresta. Para cada árvore de mogno extraída, 28 árvores de outras espécies são danificadas, pois as árvores de mogno existem de forma dispersa na mata. Em termos de área, cerca de 1,4 mil metros quadrados de floresta vão abaixo a cada árvore de mogno retirada.

O mogno existente na Amazônia (*swietenia macrophylla*) é uma árvore nobre cuja madeira é a mais valorizada no mercado internacional, atingindo atualmente até US\$ 850 o metro cúbico. Segundo a Greenpeace, entre 1971 e 1990 pelo menos 3,1 milhões de metros cúbicos de mogno foram retirados da floresta amazônica para fins de exportação.

A área de ocorrência do mogno no Brasil é uma faixa com cerca de

1,5 milhão de quilômetros quadrados, entre os paralelos 4 e 12 do Hemisfério Sul. No entanto, as manchas mais densas desta espécie, onde ela pode ser explorada economicamente, restringem-se a uma área de 800 mil quilômetros quadrados, fortemente concentradas no sul do Pará e no Acre. Há ainda concentrações nos estados de Rondônia (o mais devastado), Amazonas, Mato Grosso e Maranhão.

A pressão sobre o mogno na Amazônia só se intensificou após a exaustão das matas litorâneas, sobretudo a Mata Atlântica. Desta forma, a produção madeireira da Amazônia saltou de 14% da produção nacional em 1976, para 70% em 1989. Segundo a Greenpeace, a ameaça ao mogno brasileiro tende a aumentar com a queda das florestas da Ásia, hoje o grande polo da indústria madeireira mundial.



Ativistas da Greenpeace denunciaram retirada clandestina de mogno

## Polícia flagrou saques

Quando a campanha da Greenpeace em defesa do mogno alcançou a mídia internacional, as madeireiras e até mesmo os importadores ingleses (que compram 50% do mogno brasileiro) negaram que a espécie estivesse sendo suprimida de áreas indígenas. No entanto, os denunciadores estavam bem municiados para comprovar as evidências.

Entre seus argumentos mais fortes estava o Relatório de Misão 054/92, da Polícia Federal de Marabá (PA), obtido pelo Núcleo de Direitos Indígenas (NDI). O relatório descreve a descoberta de uma instalação de extração de mogno em plena área indígena araweté, no centro do Pará. O agente da PF que assina o relatório, Claudomark Ferreira, afirma ser a instalação de propriedade da Impár (Indústria de Madeira do Pará), conforme informara, no local, um diretor da própria empresa, José Bonifácio Baidek.

"As reservas de mogno fora das

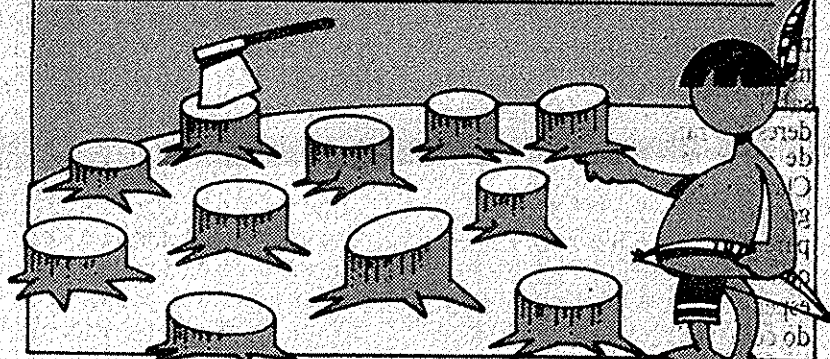
áreas indígenas estão escasseando, daí a invasão das madeireiras", analisa o advogado Marcio Santilli, do NDI. A mesma missão da Polícia Federal autou outros encerrados de fazendas clandestinas, mas o gerente Neiron Cremonesi, que trabalhava em terra dos índios Parakanã a serviço da madeireira Perachi.

**Estradas** — Só nesta operação, os agentes da PF (acompanhados de fiscais do Ibama e da Funai) percorreram 150 quilômetros de estradas clandestinas abertas por madeireiras. Segundo a Greenpeace, apenas no sul do Pará mais de 3 mil quilômetros de estradas ilegais já foram abertas pelas madeireiras em áreas indígenas e reservas ecológicas.

Entre os casos mais graves, a entidade cita a estrada conhecida como Morada do Sol, aberta em 1985, que sai da cidade de Tucumã e avança 500 quilômetros rumo ao norte.

Corte de madeira em áreas indígenas (Rondônia)		
Povo	Volume (m³)	Período
Uru-eu-wau-wau	350 mil	88-90
Cinta Larga	300 mil	91
Sakirabiar e Makurap	300 mil	83-88
Tupari e Jabuti	100 mil	87-91
Surui	80 mil	87-91
Nambikwara e Alkana	65 mil	86-91
Gavião e Arara	50 mil	88-91
Índios isolados	10 mil	85-87

Fonte: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental / Greenpeace



□ A madeira retirada ilegalmente de áreas indígenas, como ocorre em Rondônia, é vendida com sonegação fiscal, segundo a Greenpeace. Confrontando dados do Ibama e do IBGE para o

estado do Pará, a entidade encontrou um nível de sonegação por parte das madeireiras de 95,1% (2 milhões de m³), índice que acredita-se repetir-se nos outros estados.